REPÚBLICA PORTUGUESA
GABINETE DO MINISTRO DO AMBIENTE E DA AÇÃO CLIMÁTICA

Exma. Senhora
Dr.ª Catarina Gamboa
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
2669	11-11-2019		

ASSUNTO: **Pergunta n.º 20/XIV/1.ª, de 11 de novembro de 2019, BE**
Anúncio do fim da produção da Central termoelétrica de Sines em 2023 e situação dos trabalhadores

Em resposta à Pergunta n.º 20/XIV/1.ª, de 11 de novembro de 2019, apresentado pelas Senhoras Deputadas Isabel Pires, Joana Mortágua e Fabíola Cardoso e pelos Senhores Deputados Jorge Costa, Nelson Peralta e José Moura Soeiro do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda (BE), encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática de transmitir o seguinte:

1. Que medidas concretas pretende o governo tomar para articular o processo de encerramento da Central de Sines com a empresa e com as estruturas representativas dos trabalhadores?

2. Que preparação pretende o governo realizar para responder do ponto de vista social e profissional aos trabalhadores de empresas subcontratadas pela EDP em Sines? Que garantias podem estes trabalhadores ter de que o seu futuro não é o desemprego?

Portugal assumiu o objetivo de atingir a Neutralidade Carbónica até 2050, e é reconhecido, de forma clara, o desafio da transição energética com o objetivo de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, apostando numa economia que se sustenta nos recursos endógenos renováveis e que utiliza os recursos de forma eficiente. Alcançar a neutralidade carbónica implica garantir uma transição justa em setores, regiões e atores potencialmente mais vulneráveis a impactes negativos. Por sua vez, as regiões mais suscetíveis aos impactes das alterações climáticas também devem ser objeto de apoio para assegurar a adaptação justa.

Promover a transição energética do setor energético, em particular da produção de eletricidade, com vista à redução progressiva do uso de combustíveis fósseis, apostando fortemente nas fontes de energia renovável endógenas e reduzindo a dependência energética do país, implica, entre outras medidas, assegurar o fim da produção de eletricidade a partir de carvão em Portugal Continental até 2030.

Não obstante, e sabendo o Governo que esta transição deve ser justa, não apenas de um ponto de vista energético e ambiental, mas também do ponto de vista local e social, elegeu-se como desígnio, assumido no Programa do XXII Governo Constitucional, a conservação dos postos de trabalho existentes nas centrais a reconverter, nomeadamente através da adoção de soluções alternativas de reciclagem e reutilização dos equipamentos para a produção de energia a partir de fontes renováveis de energia.

Neste contexto estão a ser avaliadas tanto a possibilidade de promover a reciclagem e a reutilização dos equipamentos, bem como novos projetos à escala industrial, como o caso da produção de hidrogénio verde e fábrica de baterias, que, tendo uma implantação potencial junto dos locais onde se situam as atuais centrais a carvão, poderão absorver uma parte significativa dos seus trabalhadores.

Saliente-se, ainda, que o Fundo Ambiental afetará, em 2020, uma verba de € 100 000 ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., com vista à elaboração de um estudo para aferir as necessidades de requalificação profissional dos trabalhadores das centrais a carvão do Pego e de Sines.

Com os melhores cumprimentos, também pessoais

A Chefe do Gabinete

Ana Cisa

LM/JP

Gabinete do Ministro do Ambiente e da Ação Climática
Rua de "O Século", 51 - 1200-433 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 323 15 00 EMAIL gabinete.maac@maac.gov.pt www.portugal.gov.pt